

Comunismo e anticomunismo em revistas de cultura política: 1948 a 1950

Claudinéa Justino Franchetti (UEM)

As dimensões históricas do estudo em questão abarcam o campo da história cultural e política. Assim, esta pesquisa objetiva a realização de uma análise comparada acerca de propagandas políticas comunistas e anticomunistas, veiculadas por revistas de cultura política no governo de Eurico Gaspar Dutra, entre os anos de 1948 e 1950. De tal modo, abará fundamentalmente duas fontes de pesquisa: a Revista Lei e Polícia (RJ) e a Revista Fundamentos (SP) – doravante indicadas respectivamente RLP e RF. A primeira de matriz militar e apoiada por órgãos ligados ao Governo Dutra e, a segunda fundada e apoiada por militantes do Partido Comunista Brasileiro.

Nessa perspectiva, este estudo torna-se relevante, à medida que, além de estudar o anticomunismo na RLP, intenta explorar as respostas do movimento comunista brasileiro àquele contexto expressas na RF. Ou seja, vai além do estudo de apenas uma versão da história do comunismo no período do governo Dutra, aquela em que os comunistas são perseguidos, torturados, humilhados de diversas formas, e busca observar que houve uma forte resistência comunista no país, por meio de ações promovidas pelo movimento comunista na política nacional, principalmente através de seus respectivos meios de comunicação.

O método de análise escolhido está fundamentado no método comparativo, considerando algumas possibilidades apontadas por José D'Assunção Barros (2007), pois, esse autor, ao definir “o que é comparar”, afirma que comparar consiste no exercício de “propor”, “pensar” e “repensar” questões, como também no exercício de confrontar dois ou mais objetos de estudo ou realidades até então desconhecidas, a fim de que os traços elementares de um coloquem em evidência os aspectos do outro, podendo-se observar também a falta ou existência de elementos comuns em ambos. No exercício de fazer analogias e contrastes, busca-

se identificar o que se assemelha e o que se distingue no campo de duas ou mais realidades.

Nessa perspectiva, estudar a imprensa (mais particularmente, o meio de comunicação em revista) como aparelho privado de hegemonia consiste em se aprofundar na análise dos discursos ideológicos presentes nos artigos da RLP e RF, tendo sempre em mente que esses discursos ideológicos comportam o potencial de universalizar interesses e concepções de mundo que na realidade são particulares a determinados partidos políticos ou grupos. Tais discursos têm como pano de fundo a camuflagem da verdade/realidade, sendo a imprensa um forte instrumento ideológico dentro do contexto social.

Esse trabalho nasceu após a defesa da Dissertação de Mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, com o título: “Páginas de Intolerância Política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na Revista Lei e Polícia (1948-1950)”, fundamentada em uma pesquisa acerca da imprensa anticomunista durante o Governo Dutra, consideramos que a experiência trazida por aquele estudo ao nosso campo de conhecimento mostrou a relevância do aprofundamento daquela temática.

Diante disso, sentimos a necessidade de buscar, além do estudo da já analisada repressão política e ideológica aos comunistas, as respostas do movimento comunista brasileiro àquele contexto. Cientes de que houve uma forte resistência comunista no país durante o Governo Dutra (1946-1951), por meio de ações promovidas pelo movimento operário comunista na política nacional, principalmente através de seus respectivos meios de comunicação.

Desse modo, a imprensa comunista publicou, de forma intensa e por um longo período de tempo (mesmo quando na ilegalidade), textos e cartazes que difundiam propagandas que divulgavam a cultura política comunista e, ao mesmo tempo, assumiam uma luta aberta contra o governo e o sistema capitalista.

Com essa perspectiva em mente, começamos a conjecturar sobre qual seriam as fontes documentais para explorar melhor esse viés da propaganda político-ideológica comunista e anticomunista. Considerando a riqueza de informações oferecida pela RLP acerca da propaganda anticomunista ao longo de nossos estudos no curso de mestrado, empenhamo-nos em buscar outras revistas

que mostrassem de forma clara essa reação, ou seja, a propaganda comunista, o que conseguimos encontrar na RF.

De tal modo, este estudo se torna relevante por propiciar a investigação da luta travada na imprensa brasileira entre comunismo e anticomunismo, com o objetivo de definir a hegemonia no campo político e ideológico, uma vez que esse contexto histórico (1948-1950) estava permeado por um jogo de poder marcado por períodos de oscilações das estratégias e das forças entre os contendores. É em meio a esse jogo de poder político e ideológico que vislumbramos a possibilidade de observar que, além de uma história repleta de práticas e teorias anticomunistas, existe também a prática da ideologia comunista de forte reação no período em questão.

Nesse contexto, assumir o desafio de resgatar e estudar as tensões político-sociais emergidas durante o Governo Dutra, até então pouco estudadas e assim trazer à tona uma discussão ligada à propaganda política e às mensagens ideológicas que permeavam os intertextos é uma tarefa relevante.

O estudo da propaganda política e ideológica nesse período histórico compreenderá fundamentalmente o trabalho de investigar a maneira como se processou a emissão de mensagens e o grau de organização e sistematização com que estas foram construídas.

Podemos inferir, com base na concepção de Nelson Jahr Garcia (1989), que a propaganda ideológica produz símbolos que, coligados ou não numa cadeia, são capazes de exercer dominação sobre um indivíduo, grupo, ou sociedade. Tais símbolos carregam uma extraordinária força ideológica e podem ser materializados nas mais diversas formas que os meios de comunicação são capazes de adotar, como palavras escritas ou faladas, desenhos impressos, gestos, etc.; por isso é fundamental atentarmos para o fato de existirem dentro da propaganda ideológica estratégias e métodos que constroem sentidos e deformam a realidade vivenciada, podendo servir para estabelecer e sustentar relações de dominação dentro da sociedade e exercer o controle ideológico, mediante um processo propositalmente persuasivo.

Sobre a propaganda política, para Jean-Marie Domenach (1955), essa é organizada com a finalidade de influenciar e até moldar a opinião pública a fim de

controlá-la. Emergida no âmbito secular durante o século XX, passou a englobar novos meios de difusão de informações mais eficientes, entre os quais enquadrámos também as revistas de cultura política. Isto nos permite perceber a existência de um campo frutífero de investigação sobre a ação da propaganda política comunista e anticomunista no Brasil entre os anos de 1948 e 1950.

O período de análise escolhido está inserido no contexto político-econômico do governo de Eurico Gaspar Dutra; e a justificativa para a escolha de tal conjuntura para estudo reside no fato de que esse governo pode ser considerado um momento de continuidade da intolerância política no Brasil, principalmente em relação ao comunismo, e, paralelamente, um momento de maior aproximação nas relações do Brasil com os EUA. Cumpre lembrar que essa condição perpassou ainda vários governos, oscilando entre momentos de maior e menor perseguição aos comunistas, e que as relações externas com os EUA e sua política econômica foram intensificadas de forma crescente ao longo desse governo.

Esse período é importante também por abarcar o Pós-Segunda Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria, momento em que os EUA passaram a interferir no mundo, principalmente na América Latina, de modo mais intenso do que antes. Nesse contexto, Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996) esclarecem que a Política da Boa Vizinhança, de Franklin D. Roosevelt, baseada na não intervenção direta nos negócios internos dos outros países americanos, fora abandonada por Truman por volta de 1947, marcando fortemente um período intervencionista dos EUA na América Latina.

Segundo Sidnei J. Munhoz (2004), Eurico Gaspar Dutra tomou posse da presidência em 31 de janeiro de 1946. Nesse momento, assim como nos anteriores, eram grandes as expectativas de democratização do país por parte da população brasileira, pois, em teoria, o Brasil estava passando por um período de democratização em razão do processo eleitoral que levou Dutra ao poder, possibilidade que anteriormente era excluída, em virtude de a ditadura Vargas ser marcada pelo centralismo político, fechamento do Congresso e nomeação de políticos de sua confiança para os governos estaduais.

Ainda segundo o mesmo autor, desde o início do Governo Dutra houve um retrocesso democrático, gerado pela intensificação da repressão aos movimentos

sociais e às organizações políticas de esquerda, mesmo porque ele não era um democrata, pois tinha um passado político de viés autoritário. Além disso, fomentou a intensificação do alinhamento do Brasil com a política e a economia estadunidense, o que facilitou o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS nesse governo, rompimento que esteve ligado também a incidentes diplomáticos e, fundamentalmente, à forte perseguição aos comunistas e dissidentes.

Um importante comentário é tecido por Moniz Bandeira (1978), ao afirmar que o Governo Dutra procurava armar uma situação que garantisse a segurança interna para atrair investimentos dos Estados Unidos. Desse modo, a repressão ao movimento operário, no cerne da campanha comunista, e o rompimento com a URSS, tinham por objetivo permitir que os monopólios dos Estados Unidos gozassem plenamente da “democracia restaurada” a que se propunha esse presidente. Soma-se a isso o fato de que entre 1947 e 1949 o Brasil passava por um acentuado déficit financeiro.

De modo geral, desde o início do governo de Eurico Gaspar Dutra foram adotadas várias medidas com vistas ao controle social e ao cerceamento das manifestações dos críticos do regime. Entre essas medidas merecem destaque: o decreto que limitava o direito de greve (1946); a aprovação da Constituição de 1946, que posteriormente daria respaldo à ilegalidade do PCB; a repressão violenta às manifestações políticas (1946); a censura à imprensa (1947), até culminar na cassação do PCB (1947) e na repressão direta a esse partido.

Essas ações estavam acompanhadas de propagandas de cunho político e ideológico que objetivavam a disseminação de imaginário anticomunista. Verifica-se então que, além da perseguição política direta, que ia se tornando cada vez mais real, havia um campo de construção de propagandas políticas realizadas por órgãos vinculados ao Estado e direcionadas à sociedade brasileira (esse campo também havia sido explorado por governos anteriores) que objetivavam um forte combate aos dissidentes políticos do governo, principalmente ao Partido Comunista Brasileiro.

Nesse contexto, a reação de contra-ataque dos líderes e militantes do PCB estava estruturada, em grande medida, no campo jurídico, o que não lhe rendeu sucesso no tocante ao processo de sua cassação em 1947. A estratégia adotada

pelo PCB naquela conjuntura foi posteriormente criticada por Luís Carlos Prestes, que afirmou: “Nós não soubemos fazer a luta de massa para defender a legalidade do nosso partido. Fizemos uma luta apenas jurídica. Foi um erro” (PRESTES apud MORAES; VIANA, 1982: p. 56). Não obstante, conjecturamos que, diante daquela conjuntura adversa, o PCB adotou uma estratégia que evitou o confronto direto e buscou acumular forças por meio da luta no campo da cultura política. Desse modo o PCB passou a criar e a apoiar novos periódicos que pudessem popularizar a cultura política comunista no Brasil, a fim de conquistar adeptos para a sua causa e tensionar o Governo Dutra.

Nesse contexto histórico brasileiro, permeado também pelo espectro internacional da Guerra Fria, algumas revistas de caráter cultural e político (mensais e/ou trimestrais) se destacam em dois diferentes campos de trabalho editorial, marcados pelo apoio e divulgação, respectivamente, de uma cultura política liberal *versus* uma cultura política comunista, ambos funcionando como armas de combate ideológico contra os respectivos inimigos políticos. Essas questões, por regra geral, são apresentadas ao leitor sob o “lema” da construção de uma nova “sociedade democrática brasileira”, com base na “independência econômica e política”, “liberdade” e “soberania nacional”. Destarte a RLP e a RF destacam-se neste contexto.

O acervo da RLP está arquivado na Biblioteca Nacional. A revista iniciou suas publicações em junho de 1948 e se estendeu até dezembro de 1964, vindo a extinguir-se pouco após o início da ditadura civil-militar no Brasil. Foi publicada na cidade do Rio de Janeiro, mas era distribuída também nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais.

O seu corpo editorial - composto, em grande medida, por militares - a definia como um “Órgão de Repressão à Delinquência e de Combate ao Comunismo”, atuando como um “Órgão Técnico-Científico de Polícia” (político-cultural), divulgando organismos, notícias e artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (D. F. S.P) (daí o nome “Lei e Polícia”).

Desde sua fundação, a RLP se propunha ser um órgão destinado à pesquisa, estudo, análise e fomento do desenvolvimento dos organismos que tinham a

responsabilidade de “zelar” pela ordem pública, buscando divulgar as leis a ela referentes, e ao combate sistemático às forças políticas e ideológicas “extremistas” (LEI E POLÍCIA, 1950, p. 65).

Paralelamente, a revista se proclamava defensora do “fortalecimento dos princípios democráticos, colocando-se sempre na vanguarda das ações que visavam à solidificação do regime “democrático” implantado em 1946 (LEI E POLÍCIA, 1950, p. 65)” - tudo isso, consubstanciado na apresentação de uma cultura política liberal.

A base de apoio econômico e intelectual dessa revista estava centrada nas classes liberais e conservadoras. Segundo Alexandre Busco Valim (2006) além desse apoio, a RLP contou com o reconhecimento do Consulado Geral Estadunidense em São Paulo.

Essa revista foi também responsável pela criação e difusão de cartazes, impressos, panfletos, livretos e folhetos rotulados como “material de contrapropaganda” (LEI E POLÍCIA, 1950, p. 16); em outras palavras, criou e enviou a “todo o território nacional” (LEI E POLÍCIA, 1950, p. 16) um conjunto de materiais de propaganda política anticomunista.

Dessa maneira, sob o pretexto de consubstanciar a “formação moral”, “paz”, “espírito democrático”, “Pátria” e “justiça”, a campanha da RLP se destinava à “exterminação da praga comunista do seio da família e das classes trabalhistas” (LEI E POLÍCIA, 1950, p. 16), deixando transparecer o temor ao espectro comunista. É preciso dizer que esse perigo de expansão da ideologia comunista no Brasil de fato existia, tanto dentro do campo estatal quanto no contexto social. Exemplo disso é a forte presença da imprensa comunista nesse contexto.

Percebe-se que a RLP tinha também como objetivo a manutenção da hegemonia política do Estado sobre a grande maioria da população, à medida que buscava sufocar, por meio da propaganda político-ideológica, os movimentos políticos e sociais discordantes do governo e divulgar uma propaganda favorável a este e ao sistema capitalista.

De modo geral, é possível afirmar que a RLP era dotada de um caráter elitizado e centrada em bases políticas conservadoras, principalmente por ser um veículo de comunicação que se auto definia como órgão de polícia e por estar intimamente atrelada ao meio militar e às ideias por este defendidas.

Não obstante, o trabalho dessa revista girou em torno, principalmente, da batalha contra o “Monstro Vermelho”. Pregando e incentivando a luta contra a ideologia comunista, a RLP buscou imprimir um caráter negativo a todas as formas dessa ideologia, publicando artigos destinados a apagar sua memória real e deturpar aspectos importantes de sua história. Paralelamente, buscava despertar no leitor um sentimento de brasilidade, da “democracia liberal” como “libertadora” e “redentora” do mundo, e do sistema capitalista como o único meio de produção capaz de elevar o padrão de vida de toda a humanidade, sempre apontando uma bipolaridade – comunismo/comunistas como inimigos da Nação *versus* integridade familiar, segurança, liberdade, moralidade e democracia.

Neste sentido, a RLP é uma importante fonte de informações, por estar inserida em um contexto político de manutenção e intensificação do combate ao comunismo, fortemente marcado pela intolerância política e pela busca em demonstrar cada vez mais aos investidores estadunidenses que no Brasil havia um ambiente político estável.

Ademais, a RLP se destaca por sua enorme riqueza ideológica, o que é extremamente importante para se estudar a propaganda política anticomunista desse período, à medida que colocava o comunismo no banco dos réus, como culpado por quase tudo de ruim que pudesse existir e responsável por qualquer crime que se cometesse contra a sociedade. Em paralelo, reservava ao capitalismo um tipo de propaganda política que o enquadrava na condição de um sistema justo, democrático, vítima das ações antidemocráticas praticadas pelos regimes comunistas e por seus agentes espalhados pelo mundo.

Além do mais, a RLP tem duas características fundamentais para a análise da propaganda anticomunista: a sua condição de ser uma rica fonte de ideias anticomunistas, que ela difundiu amplamente, por meio de cartazes, panfletos, folhetos e de seus artigos; e o fato de a ideologia anticomunista por ela disseminada se constituir como uma estratégia para formar a consciência social, fazendo a visão particular de uma classe aparecer como se fosse a perspectiva de todos, à exceção dos regimes comunistas e dos seus agentes, tendo como clichê a “construção de um modelo de sociedade democrática”.

Por todas as razões citadas, essa fonte documental constitui-se em campo fecundo de investigação, em que se percebe um caminho a percorrer de inegável valor para uma pesquisa mais aprofundada sobre a intolerância política ao comunismo durante o Governo Dutra.

No que tange a RF, o acervo desta está arquivado no Arquivo Edgard Leuenroth do Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

O corpo editorial dessa revista a definiu desde o princípio como uma “Revista de Cultura Moderna”. Começou a ser publicada em junho de 1948 e se estendeu até por volta de 1956. Foi fundada na cidade de São Paulo, tendo Monteiro Lobato como criador e Ruy Barbosa Cardoso como editor. Seu corpo editorial era composto por jornalistas, escritores literários, críticos e intelectuais de matriz marxista.

O principal lema dessa revista era “estudar os fundamentais da pátria e lutar pelas soluções adequadas, assim como defender intransigentemente o pensamento democrático e livre de nossa terra” (FUNDAMENTOS, 1948, p.388). Propunha-se, acima de tudo, a ser um instrumento de defesa da paz, da democracia, da liberdade, e da soberania nacional, o mesmo que se propunham a RLP. Apresentava em quase todas as edições denúncias sobre o Governo Dutra no que tange à livre expressão do pensamento, como o fechamento de órgãos da imprensa, a prisão de intelectuais defensores do comunismo, a violência policial em São Paulo contra os divergentes do governo federal, críticas à Lei de Segurança, etc..

No primeiro número da RF o corpo editorial se propunha a difundir, com base na cooperação de “todos intelectuais democratas, honestos e consequentes, o material necessário ao pensamento racional e objetivo, e assim contribuir para a análise dos problemas básicos do Brasil e para a compreensão do presente momento histórico no mundo” (FUNDAMENTOS, 1948, p.05).

Além disso, esta declarava não sustentar qualquer tipo de ilusão no que tange a uma posição de imparcialidade, justificando que as diversas tendências intelectuais não aparecem por acaso, mas são fruto de alguma orientação ideológica de determinados grupos sociais que as representam. Percebe-se aqui que, apesar de seu fundador (Monteiro Lobato) e seu corpo editorial serem intelectuais ligados ao movimento comunista brasileiro, nos primeiros números os editores da revista

não assumiram deliberadamente tal posição política, mas defendiam uma vertente de viés nacionalista. A mudança só ocorreu de fato a partir de janeiro de 1950.

Em mais detalhes, essa revista circulou de forma aberta até abril de 1949, custando 6,00 cruzeiros. Possuía um caráter mais voltado ao campo cultural e adotava uma abordagem política crítica mais tímida, se comparada ao período posterior a 1949, quando se verificou um engajamento mais explícito do periódico com os ideais comunistas. É uma hipótese verossímil que esse posicionamento esteja associado à intensa repressão que se abateu sobre o movimento comunista brasileiro após a sua proscrição em 1947 e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido, ocorrida no início de 1948.

Entre maio de 1949 e dezembro de 1949 a RF ficou suspensa, mas voltou a ser publicada a partir de janeiro de 1950, momento em que o seu conselho de redação modificou seu formato, conteúdo e preço. O editor justificou que essas mudanças haviam sido implementadas para concretizar seus objetivos de popularização. Nesse momento seu corpo editorial assumiu declaradamente sua imparcialidade política e seu apoio ao comunismo e à disseminação de teorias de matriz marxista. Em mais detalhes, as grandes mudanças processadas na RF a partir de janeiro de 1950 demonstram claramente seu engajamento político-ideológico, divulgando notícias nacionais e internacionais, textos críticos e imagens diretamente vinculados ao campo da cultura política.

Destarte, essa revista passou a contemplar basicamente assuntos de cunho econômico e político.

Os de cunho econômico estiveram sempre ligados à indústria agroexportadora (café, algodão) e riquezas naturais (petróleo, minérios e energia elétrica), sempre na tentativa de mostrar que os Estados Unidos estavam explorando nosso país.

Os de cunho político estavam fundamentados na tríade marxismo, socialismo e comunismo, à medida que, abordava temas em defesa da liberdade da imprensa, da democracia popular e de militantes comunistas brasileiros vítimas da perseguição política do governo. Pregava a veneração a Stalin e fazia, crítica acirrada ao sistema capitalista e ao imperialismo e a problemas ligados ao mundo universitário (UNE). Defendia o comunismo no âmbito internacional (elogios à Revolução Chinesa, às

democracias populares da Checoslováquia e Polônia, à Guerra da Coréia). Abordava assuntos diplomáticos, principalmente o risco iminente de uma terceira, guerra mundial, criticava a diplomacia dos EUA e a imprensa de cunho estadunidense (Revista Seleções); fazia apontamentos sobre a miséria de grande parte da população brasileira. Publicava artigos em defesa da reforma agrária, de críticas ácidas ao campo científico referentes a criação de armas nucleares, de elogio a intelectuais e militantes marxistas (Antonio Gramsci, Astrogildo Pereira, dentre outros).

Editava matérias de esclarecimentos sobre o perigo das armas atômicas e de humor ligado à crítica política e econômica (ironia); publicava poesias e resenhas políticas de defesa da soberania nacional e repúdio aos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, artigos sobre a reforma agrária e de alerta contra a ideologia estadunidense e apresentava biografias de escritores ligados à cultura literária brasileira (Castro Alves, Lima Barreto, Sylvio Romero, Monteiro Lobato).

Além disso, alguns textos estavam acompanhados de algumas charges que satirizavam os EUA e os governantes brasileiros. Assim sendo, a RF buscou consolidar uma frente ideológica sobre as bases do “marxismo-leninismo-stalinismo”, divulgando uma propaganda político-ideológica comunista.

De modo geral, considera-se que tanto a RLP quanto a RF buscaram consolidar, cada uma a seu modo, uma frente ideológica fundamentada na criação e divulgação de suas respectivas propagandas políticas fazendo uso de termos como: “democracia”, “liberdade”, e “soberania nacional” para difundir suas teorias, conquistar adeptos as suas causas e, combater seus principais inimigos político-ideológicos.

A realidade que se esconde por trás de tais revistas alimenta nossa hipótese geral de que durante esse governo, particularmente no período de 1948 a 1950, travou-se uma guerra político-ideológica não apenas nos movimentos sociais, mas também no campo cultural. As evidências residem na efervescência político-cultural desse momento com o surgimento e/ou fortalecimento de periódicos de cunho político-ideológico tanto no campo da esquerda quanto no da direita.

O empenho desses veículos de informação e propaganda teve o sentido de fortalecer a circulação nacional de cartazes, panfletos, folhetos, livretos e

principalmente revistas que defendiam suas respectivas posições políticas e estigmatizavam as contrárias. Nesse contexto histórico, o embate político-ideológico se construía em torno do “terror à expansão comunista” *versus* o “terror à dominação imperialista lanque”. O objetivo básico que estava por trás desse contexto relacionava-se à tentativa de conquistar o apoio popular para os seus respectivos projetos políticos.

Neste sentido, considerando o período entre 1948 e 1950, acreditamos que houve de fato uma reação dos comunistas à opressão que sofriam, no entanto não era especificamente uma grande reação armada e revolucionária, como queria grande parte dos líderes do PCB no momento de sua criação, e sim, uma reação que se deu mais nas esferas jurídica, cultural e ideológica.

De modo geral, todas as informações assinaladas acima levam a constatar que foi claro o empenho da imprensa ligada ao Governo Dutra em difundir uma intensa propaganda político-ideológica anticomunista no Brasil consubstanciada na RLP, mas que também houve reação a esse anticomunismo, em grande medida, no campo da imprensa comunista e estruturada na RF por meio de uma espécie de contrapropaganda.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, José D’assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer História. **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.
- BETHELL, Leslie. e ROXBOROUGH, Ian.(orgs.) **A América Latina** - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- DOMENACH, Jean Marie. **Propaganda Política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1955.
- FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **Páginas de Intolerância Política**: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Política (1948-1950).

2008.150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

FUNDAMENTOS: Revista de Cultura Moderna. São Paulo. Ano 01, n.06, nov. 1948.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEI E POLÍCIA. Rio de Janeiro.1950, set, Ano II, n. 12.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e Autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um Debate Interpretativo. In. SILVA, Francisco C. TEIXEIRA (Org.) **O Século Sombrio**: uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.